REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO EXTERIOR

ESCOLA BÁSICA AVIADOR BRITO PAES, COLOS, ODEMIRA

PARA EFEITO DE CANDIDATURA AO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE ODEMIRA

MEMÓRIA DESCRITIVA

ÍNDICE

ÍNDICE **2**

NOTA INTRODUTÓRIA **3**

1. CONCELHO DE ODEMIRA **6**

1.1. FREGUESIA DE COLOS 8
1.2. AGRUPAMENTO VERTICAL DE ESCOLAS DE COLOS 9
1.2.1. PROJETO EDUCATIVO/CARTA EDUCATIVA 9
1.2.2. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS AÇÕES 10

CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO **13**

1. DEFINIÇÃO DO PROGRAMA PRELIMINAR **13**

1.1. LOCALIZAÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO TERRENO 13
1.2. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO-ALVO 14
1.2.1. ALUNOS DO AGRUPAMENTO VERTICAL DE COLOS 14
1.2.2. COMUNIDADE EDUCATIVA 14
1.2.3. UTILIZADORES OCASIONAIS 15
1.3. FASES E CALENDARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES 15

2. CARACTERIZAÇÃO DA EQUIPA **16**

2.1. IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPA PROPONENTE 16
2.2. IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPA EXECUTORA 16
2.3. IDENTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES PARCEIRAS 16
2.4. RESULTADOS ESPERADOS 16
2.5. ESTIMATIVA ORÇAMENTAL 17

3. ESTUDO PRÉVIO OU ANTEPROJETO **17**

3.1. PROGRAMA DE ATIVIDADE À IMPLEMENTAR / AÇÕES 17

4. PROJETO BASE / PEDIDO DE LICENCIAMENTO **18**

PREPARAÇÃO DO PROCESSO DE APROVAÇÃO PELA RESPETIVA CÂMARA MUNICIPAL, BEM COMO PELAS DEMAIS ENTIDADES ENVOLVIDAS NO LICENCIAMENTO DO MESMO. **18**

5. PROJETO DE EXECUÇÃO / MEDIÇÕES E ORÇAMENTO **18**

6. SELEÇÃO DE EMPREITEIRO **19**

7. ASSISTÊNCIA TÉCNICA À EXECUÇÃO DA OBRA **19**

NOTA INTRODUTÓRIA

O projeto de intervenção que agora se apresenta, enquadra-se numa perspetiva multidimensional de reflexão e ação. A sede do agrupamento está localizada num vasto espaço, atualmente pouco desenvolvido no seu potencial.

Atualmente as preocupações dos interventores políticos e sociais, centram grande parte das suas energias, no desenvolvimento de políticas sustentáveis para os territórios que governam. Procuram-se novas tecnologias, a fixação de pessoas às localidades ameaçadas ou já em risco avançado de desertificação humana, a criação de formas de vida sustentáveis, a preservação do meio ambiente e do património cultural desses territórios.

Colos, desde há longa data, que se enquadra neste conjunto de preocupações conjunturais. O Agrupamento Vertical de Colos, tem consciência da sua importância, na tentativa de encontrar caminhos que possam alterar a tendência que se tem vindo a verificar de abandono deste vasto território. Tem consciência também, do imenso potencial de criação de riqueza que aqui se encontra, bem como das inúmeras dificuldades estruturais e individuais deste território e destas populações.

Observando mais atentamente o espaço envolvente da sede do Agrupamento verificamos que os atuais órgãos diretivos, têm dado uma importância elevada à preservação e manutenção do espaço envolvente; tradicionalmente as escolas não têm um papel interventivo nos terrenos onde se situam, acometendo essas responsabilidades para as entidades proprietárias ou gestoras dos mesmos. Porém, este Agrupamento tem tido uma atitude distinta e uma política de intervenção diferenciada. Deste modo convidámos professores e alunos a observar, analisar, refletir, estudar, a fim de podermos obter um projeto de intervenção para este território. Nasceu assim o projeto que agora é alvo desta proposta de intervenção. Estamos certos da riqueza que envolve, a vários níveis de intervenção, não apenas para os habituais utilizadores mas direcionada também para o conjunto da população de Colos, tão carente de infraestruturas de apoio à já sua debilitada existência.

Verifiquemos então de que níveis de intervenção estamos a considerar:

- Do ponto de vista educativo, é um projeto valioso: professores e alunos envolveram-se no planeamento, discussão e criação de uma proposta final; elaboraram uma maquete para melhor entenderem a globalidade da intervenção que se pretende realizar, bem como perspetivar futuras ações. Esta seria a metodologia de trabalho a adotar, com a implementação do projeto: as aprendizagens centradas no contexto escolar, orientadas para metodologias de investigação ação, tendo o local como centro de aprendizagem, para progressivamente se alargarem os conhecimentos a contextos mais vastos. A adoção de metodologias ativas de intervenção, permite que as aprendizagens ganhem significado e sejam significantes para cada um dos atores do ato educativo;
- Do ponto de vista cívico, é também um projeto valioso: alunos, pessoal docente e não docente do agrupamento, encarregados de educação, reunidos ou não em associações formais, estão organizados em torno deste objetivo comum, uma vez que veem nele uma mais valia significativa para a sua qualidade de vida;
- Do ponto de vista social e familiar, é um projeto que incrementa as relações familiares intergeracionais, nomeadamente naquelas populações com menos recursos e com grandes dificuldades de acesso às novas tecnologias; os jovens predispõem-se a divulgar o projeto aos seus familiares, tendo sido elaborado para o efeito, um guião explicativo; utilizando este guião, disponibilizam-se a inscrever os seus familiares na página da Câmara Municipal de Odemira, de modo a que possam votar no projeto que mais lhes interessar;
- Do ponto de vista económico e financeiro, é uma oportunidade para promover junto dos jovens, uma atitude pró-ativa, na criação de propostas de intervenção sobre as suas vidas, neste caso, o território envolvente da escola que frequentam. Proporciona ainda a oportunidade de aprender a estruturar um projeto de

intervenção, dotando os alunos de ferramentas básicas de planeamento, orçamentação, desenvolvimento de contactos, enfim, um vasto conjunto de competências, que fazendo parte dos conteúdos curriculares, podem ser aprendidas de um modo mais significativo e mais próximo da realidade;

- Do ponto de vista turístico, as ações a desenvolver, poderão "revolucionar" a atitude habitual da escola, principalmente em períodos de pausas letivas, proporcionando aos jovens desta e de outras localidades o usufruto das instalações, a criação de campos de férias, a animação do comércio local, com a criação de riqueza e crescimento económico;
- Do ponto de vista ambiental as ações a desenvolver, acrescentam um grande valor ao património existente; Estamos a fomentar um conjunto de atitudes de grande valor ecológico, relacionadas com a preservação do património natural, dos pontos de vista faunístico, florístico e de conservação do solo.

Sendo um projeto desenvolvido numa Escola é essencial que em todas as fases do Projeto se verifique a presença constante das preocupações pedagógicas e educativas. Esta é também uma oportunidade para alterar as metodologias de ensino-aprendizagem, promovendo as aprendizagens a partir das experiências e conhecimentos a desenvolver, com a implementação das ações propostas, nomeadamente a criação de hortas biológicas, estufas, compostores, plantação de árvores e todas as atividades relacionadas com a floresta.

Estamos assim perante um desafio e uma oportunidade. Não seríamos educadores se não olhássemos o futuro de frente, com confiança e determinação. Esta é uma oportunidade de prestar realmente um verdadeiro serviço educativo a toda a comunidade educativa deste Agrupamento.

1. CONCELHO DE ODEMIRA

Com uma área de 26,9 mil Km^2, ocupando, aproximadamente, 30% do território continental de Portugal, uma população de 514,8 milhares (5,2% do total) e uma densidade populacional muito baixa (19,1 habitantes por Km^2 sendo a do país de 108,1), o Alentejo, apresenta elevadas potencialidades num contexto de crescente protagonismo de Portugal na fachada atlântica da Europa.

A proximidade territorial da Área Metropolitana de Lisboa, a contiguidade espacial com o Algarve, a orla marítima de dimensão significativa e as relações de vizinhança com a Espanha, em particular com a Extremadura e Andaluzia, situam o Alentejo numa posição privilegiada, num quadro de articulação nacional e transnacional.

A sua posição geográfica particular determina a sua inserção natural como o território Ibérico e Europeu onde confluem o "Arco Atlântico" e o "Arco Latino"/ Mediterrâneo Ocidental e onde, dentro do vasto Sudoeste Europeu, a "Diagonal Continental" alcança o Atlântico.

Recursos Naturais

O Alentejo, e em particular o Concelho de Odemira gozando das influências mediterrânica, atlântica, continental e africana, abarca uma grande diversidade de situações e diferentes características geológicas, morfológicas e edafo-climáticas, determinando a existência de um conjunto de valores florísticos e faunísticos com diversos endemismos e espécies raras, como por exemplo, a Cegonha Branca que nidifica em falésias, realidade ímpar no mundo.

Na sua diversidade, também resultante de uma ocupação humana de longa data, constitui um território com um rico património natural e cultural envolvendo importantes recursos naturais e paisagísticos com valor estético, lúdico e científico.

O clima da região de características mediterrânicas apresenta variações acentuadas de temperatura e precipitação que se concentra excessivamente nos meses frios de inverno e rareia na primavera/verão.

No que se refere ao desenvolvimento da agricultura assinalam-se a exploração de sistemas agrícolas, pastoris, florestais ou mistos, incluindo, as produções vitivinícola e olivícola, a irrigação de algumas áreas e a exploração dos sistemas de montado. Neste contexto o coberto autóctone de sobro e azinho continua a ocupar um lugar de destaque.

Situação Ambiental

A região apresenta parâmetros elevados de qualidade ambiental e a qualidade do ar e das águas é, de uma forma geral, boa. No entanto, agravando as escassas disponibilidades hídricas e respetiva variação sazonal e plurianual, a poluição de recursos hídricos superficiais e subterrâneos é fonte de algumas degradações ambientais.

A cobertura regional de redes de infraestruturas de abastecimento de água (89,0%) e saneamento (84%), apresenta valores significativos embora com maior atraso no que se refere ao tratamento do efluentes domésticos (75%), importando não só completá-las mas, sobretudo, requalificá-las assegurando o seu funcionamento eficiente.

Em particular, no que se refere aos resíduos sólidos urbanos, a recolha de lixo na região apresenta uma cobertura muito próxima dos 100% embora, essencialmente, depositados em lixeiras estando em curso um conjunto de ações e intervenções visando uma atuação de forma integrada no que respeita à recolha, recuperação, reciclagem, deposição e irradicação das atuais lixeiras no contexto de uma rede de aterros sanitários.

A conservação da Natureza, numa perspetiva de crescimento sustentável, tem vindo a ser assumida quer através da legislação nacional, quer através de instrumentos legislativos de âmbito mais restrito, nomeadamente, dos planos de ordenamento do território.

Foi neste sentido, recentemente publicado o Decreto-lei nº 140/99 de 24 de abril (que transpôs as Diretivas Aves e Habitat) e posteriormente, o Decreto-Lei nº384-B/99 de 23 de setembro (que delimita 28 Zonas de Proteção Especial, bem como a previsão da elaboração do seu plano de gestão.)
Ao nível local, não só as autoridades como as populações encontram-se sensibilizadas para o acolher da ideia da Natureza e da sua proteção enquanto património comum.
As Áreas Protegidas existentes – Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, Reserva Natural do Estuário do Sado, Parque Natural da Serra de S.Mamede, Parque Natural do Vale do Guadiana e Refúgio Ornitológico do Monte do Roncão – que têm como objetivos fundamentais a preservação e valorização das paisagens - representam cerca de 201 000 hectares, correspondentes a aproximadamente 7,5% do território regional.

O Alentejo abrange, ainda, importantes valores enquadrados na Rede Natura 2000, nomeadamente Zonas de Proteção Especial para a conservação das aves selvagens – Estuário do Sado (24.632,5 ha), Açude da Murta (497,7 ha), Lagoa de Santo André (2.164,61 ha), Lagoa da Sancha (408,8 ha), Costa Sudoeste (74.562,89 ha), Campo Maior (9.575,99 ha), Mourão/Barrancos (82.667,48 ha), Castro Verde (79.066,15 ha) e Vale do Guadiana (76.578,14 ha) – num total de 350.154 hectares que representam cerca de 13% do território regional.
O Programa CORINE classificou na região 60 Biótipos de interesse ecológico, florístico e faunístico numa área de 827629 hectares correspondentes a 30,7% do território regional.

1.1. FREGUESIA DE COLOS

Território de vocações múltiplas, onde o espaço disponível, um ambiente qualificado e a dinâmica da sua população potenciam uma intervenção relevante na função “viver”, assumindo o Agrupamento Vertical de Colos, um papel preponderante no desenvolvimento do território por via da educação e formação da sua gente.

Da freguesia fazem parte as povoações de Campo Redondo, Ribeira do Seissal de Cima, Ribeira do Seissal de Baixo, Vale Rodrigo, Barranco do Bebedouro, Cai Logo e Caeiros.

A freguesia tem várias coletividades: Sociedade Recreativa Colense, Associação Cultural do Campo Redondo e Ribeira do Seissal, Clube de Caçadores "Os Fixes de Colos" e o Clube de Caçadores e Pescadores da Barragem da Gema.

Em Colos existe também a Congregação das Irmãs do Bom Pastor e um Lar de Idosos que está a cargo da Santa Casa da Misericórdia de Odemira.

1.2. AGRUPAMENTO VERTICAL DE COLOS

1.2.1. Projeto Educativo/Carta Educativa

O Projeto Educativo em vigor no Agrupamento, contempla, no seu Plano de Ação 2007/2011, vários objetivos que se enquadram no projeto de intervenção que agora se apresenta, nomeadamente nas suas dimensões Pedagógica, da Cidadania e Institucional/Organizacional. Observamos assim uma coerência de propósitos, instituídos pelo Agrupamento, que se poderão materializar, pelo presente projeto.
Também a Carta Educativa do Concelho de Odemira, regulamentada pelo Decreto-lei nº.7 de 2003, sustenta que "o advento dos Projetos Educativos de Escola, com diferentes níveis de formatação central, pode ser percebido como uma preocupação com a identificação de necessidades específicas de cada contexto. Também os projetos educativos locais ou de cidade, e mesmo os de redes de escolas isoladas, evidenciam estas dificuldades de delimitação da cena educativa e de situar de forma unívoca e oficial as experiências que despertam aprendizagens. "Subjacente ao PEL [Projeto Educativo Local] está uma lógica que visa reforçar a dependência da ação educativa relativamente ao contexto (Canário, 1999), assim como uma perspetiva que tende a alargar a responsabilidade deintervenção na educação a diferentes atores locais. (...)

Derouet referenciou como a construção de um bem comum local" (Rodrigues, 2003: 78).A construção de um "bem comum local" (Derouet, cit. por Rodrigues, 2003) ou o desenvolvimento de um "espaço público educativo" (Sarmento, 1999) assentam numa lógica de intenção-acçãoavaliação e exigem equipamentos diversificados e acessíveis, profissionais com formação adequada, pois é necessário que sejam significativos para o conjunto de pessoas, de vontades e de necessidades. É o apelo a relações de dependência e de interpelação entre a educação – em modalidades oficiais, definidas e mensuráveis – e o desenvolvimento.
Em contextos genericamente catalogados como de crise da educação e das suas condições de existência, torna-se cada vez mais urgente encontrar o caminho para a definição de novos sentidos para as questões escolares e extraescolares. Esse caminho poderá ser, em boa parte, o da "ação contextualizada dos atores locais, ao constituírem redes de solidariedade e cooperação, em que a afirmação da diversidade, em vez de constituir um constrangimento, passa a constituir um importante recurso a rentabilizar na formação dos atores e no desenvolvimento local" (Rodrigues, 2003: 79).

1.2.2. Descrição Sumária das Ações

O projeto consiste em aproveitar e requalificar o espaço exterior à sede do Agrupamento, valorizando a mancha de sobreiros e oliveiras existentes no espaço envolvente.

Pretende-se valorizar a floresta mediterrânea, nomeadamente o montado de sobreiro, que em virtude da ação do Homem (incêndios florestais, sobretudo no verão devido à especificidade do clima temperado mediterrâneo, com verãos muito quentes e secos, e/ou o abate de árvores para agricultura, lenha ou construção) está em declínio.

Perspetiva-se plantar mais sobreiros e oliveiras, dado que já existem bastantes, sendo que o terreno de que dispomos tem área suficiente para comportar cerca de 260 árvores. Deste modo estaremos a valorizar não só a floresta que mais

caracteriza o nosso Alentejo, como ainda toda uma série de aspetos a ela inerentes, tais como a preservação da fauna, aproveitamento dos cogumelos, produção de mel, entre outras, sempre numa perspetiva formativa, integrando os alunos.

Aproveitando o espaço existente entre as árvores ampliaremos a horta biológica/pedagógica, numa perspetiva formativa do ponto de vista ambiental, bem como da saúde, proporcionando aos alunos não só a experiência de cultivarem e acompanharem o crescimento dos produtos agrícolas, bem como de saborearem estes alimentos de elevado valor nutricional. Criaremos também um jardim de plantas aromáticas. Nesta horta usaremos composto produzido na escola (compostagem e vermicompostagem).

Recorrendo à mancha de sobreiros e oliveiras, pretendemos recuperar a pista de corta-mato existente, propondo a criação de um percurso pedestre construído numa base simples de terra (solocimento) bem compactada, para que tanto os alunos, como a comunidade em geral, possam desfrutar de caminhadas em contacto com a natureza, implementando ao longo deste percurso, um circuito de manutenção para a prática de exercício físico, pontos de água e pontos de luz para caminhadas noturnas.

Pretende-se também a criação de pequenas zonas húmidas, dentro da mancha de sobreiros e oliveiras, para que a água contribua para um maior equilíbrio entre a fauna e a flora. Estes pequenos «habitats» seriam muito importantes do ponto de vista ambiental, pois para além da fauna diversificada que atrairão, seriam também uma forma de aproveitamento da água que em certas alturas do ano é escassa no Alentejo.

Entre outras realidades, objetivamos a criação de ateliers ambientais (reciclagem e reutilização de materiais e articulação com a horta biológica criando viveiros e promovendo a compostagem e a vermicompostagem), ateliers de energia (ex. construção de brinquedos solares, eólicos…), ateliers de jogos tradicionais e outros ateliers temáticos (ex. estudo de insetos

articulando com a horta biológica, identificação da flora espontânea que pode ser usada na alimentação, comemoração de dias específicos, implementação de cortiços com abelhas, …), numa área a ser criada para esse efeito. Esta área seria dinamizada no âmbito de projetos, clubes, áreas curriculares ou de atividades promovidas por entidades externas à escola destinadas quer aos alunos, quer a toda a comunidade, fora do horário escolar.

Visando o aumento da oferta de atividades de lazer, físicas e desportivas, à população, em especial, crianças e jovens, perspetiva-se a criação de um skatepark, , enquadrado com a vegetação existente, de forma a valorizar a prática desportiva em sintonia com a Natureza. Gostaríamos de ver o nosso campo de jogos relvado, aplicando um relvado sintético, para um maior conforto e segurança na prática do desporto. Ao já existente, acrescentaríamos outra zona desportiva, já terraplanada, que permitirá, a muito baixo custo, aumentar significativamente a oferta de espaços desportivos ao ar livre, para a prática do voleibol e futsal, em condições de segurança, e enquadradas num espaço ótimo para esta finalidade. Do ponto de vista curricular, o Agrupamento ficaria dotado de equipamentos que permitiriam a todos os alunos que o frequentam, de condições de prática de atividade física, quer em contexto livre e espontâneo, quer na ocupação letiva das disciplinas relacionadas.

Visando um maior conforto e funcionalidade do parque escolar, pretende-se construir uma cobertura que permita aos alunos usufruir do espaço exterior em dias de chuva ou de grande insolação.

A requalificação da área envolvente à escola destina-se não só ao usufruto pelos alunos, como por toda a comunidade, fora do horário escolar, assumindo-se o investimento como sustentável, dado que os alunos poderão efetivamente desenvolver uma “cultura de escola”, aprender os conteúdos de forma prática, potenciando o saber ser, estar e fazer, ou seja, de uma forma vivida e concretizável na escola.

A valorização da *Escola* como entidade vital na formação e educação do ser humano, sairá reforçada com a concretização do projeto, ou seja, é convicção

nossa que a *Escola* contribua efetivamente na formação plena da pessoa, no gozo da sua cidadania, em direitos e deveres como “espaço” que garante a transmissão do legado civilizacional às gerações vindouras, de forma inovadora, evoluída em termos tecnológicos, integrada e participada.

CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO

1. DEFINIÇÃO DO PROGRAMA PRELIMINAR

Fase na qual foi discutida no Agrupamento de Colos, o conjunto de ideias que se pretendem vir a concretizar no tempo e que implicará afetação de recursos humanos, financeiro, materiais e espaciais.

Foram analisados os constrangimentos legais e planos do projeto, constituição da equipa de projeto e condicionalismos do mesmo, assim como se solicitou aos serviços técnicos da Câmara Municipal de Odemira, o levantamento topográfico da área a afetar.
Este projeto, ao localizar-se num território onde já existem outros equipamentos escolares, respeitará os condicionalismos existentes na legislação e regulamentos previstos para esta zona.

1.1. LOCALIZAÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO TERRENO

O projeto localiza-se dentro do perímetro da "Cerca do Vale da Rosa”; todas as ações previstas estão enquadradas neste espaço, permitindo a requalificação do espaço e edifícios existentes, de forma equilibrada e sustentada e aumentando significativamente as condições de segurança de pessoas e bens. A implementação das ações previstas, respeita a topografia do terreno, não exigindo, por isso, uma significativa movimentação de terras; respeita a cobertura vegetal existente, promovendo e incrementando o uso sustentável do solo, com a introdução de espécies autóctones, mobilizadoras do aparecimento de subespécies, fauna e flora, que enriquecem o ecossistema local; promove

ainda o enriquecimento do solo, com o cultivo de espécies hortícolas, com substratos enriquecidos com compostos produzidos no local, de forma natural. Todas as ações previstas, estão assim enquadradas no terreno, com facilidade de acesso a todas as populações, incluindo aquelas com necessidades especiais, promovendo a utilização deste espaço de forma atraente e saudável.

1.2. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO-ALVO

Os principais beneficiários da implantação deste Projeto, são os seguintes:

1.2.1. Alunos do Agrupamento Vertical de Colos

a) Em situação formal de ensino aprendizagem, através da utilização dos recursos disponibilizados, para o enriquecimento das atividades curriculares planeadas, bem como de outras incluídas na oferta formativa escolar, tal como a frequência de Clubes e Projetos;
b) Em situação para além do horário letivo, como utilizadores individuais, dos benefícios propiciados por este Projeto.

1.2.2. Comunidade Educativa

a) A comunidade educativa inclui o pessoal docente e não docente em serviço no Agrupamento, bem como todos os cidadãos que de forma espontânea ou organizada, pretendam usufruir dos equipamentos colocados ao seu serviço.
b) Realçamos a importância da existência dos equipamentos previstos neste Projeto, numa localidade/região fragilizada de vários pontos de vista, uma vez que pode ser indutora de uma mudança no paradigma cultural desta população, nos seguintes aspetos:
   - Criação de hábitos de vida ao ar livre;
   - Criação de hábitos de atividade física e exercício físico;

- Criação de movimentos associativos promotores da prática desportiva, nomeadamente Clubes de Ténis, Futsal, Basquetebol, Escalada, BTT, Atletismo, entre outros de manifesto interesse;
- Fomento da participação cívica da generalidade dos cidadãos nomeadamente crianças e jovens (em especial do género feminino) e idosos.

1.2.3. Utilizadores Ocasionais

Para além dos beneficiários já identificados, há um conjunto de intervenientes ocasionais, que resultam da dinâmica a criar pela realização deste projeto, nomeadamente:

- Organização de campos de férias;
- Organização de ateliers de animação/torneios desportivos, durante as pausas letivas e fins de semana;
- Outras iniciativas de animação social, recreativa e desportiva.

1.3. FASES E CALENDARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES

- Junho de 2012 – Entrega da proposta nos serviços da Câmara Municipal de Odemira;
- Junho a outubro de 2012 – Divulgação da proposta;
- A partir de janeiro de 2013 – Execução das ações previstas.

A equipa executora do Projeto, elaborará relatórios trimestrais de acompanhamento da gestão física e financeira, a entregar às entidades parceiras.

2. CARACTERIZAÇÃO DA EQUIPA

2.1. IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPA PROPONENTE

- A Associação de pais e alunos do Agrupamento Vertical de Colos;
- A Direção do Agrupamento Vertical de Colos, na pessoa do seu Diretor;
- Alunos e professores envolvidas na conceção e desenvolvimento da proposta.

2.2. IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPA EXECUTORA

- A Direção do Agrupamento Vertical de Colos, na pessoa do seu Diretor, que nomeará um gestor executivo;
- Um elemento da Câmara Municipal de Odemira a designar por esta.

2.3. IDENTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES PARCEIRAS

- Câmara Municipal de Odemira;
- Juntas de Freguesia afetas à área geográfica do Agrupamento.
- Associações culturais/desportivas locais, formalizadas e em funcionamento.

2.4. RESULTADOS ESPERADOS

Como foi referido, este projeto tem enquadramento legal e pertinência executiva. Para além das necessidades sociais e educativas que visa satisfazer, este projeto procura potenciar os equipamentos já existentes, enriquecendo todo o conjunto, com outros, que em muito o favorecem, acrescentando muito valor ao património edificado, bem como ao potencial de utilização que ficará disponível. São ilimitadas as possibilidades de utilização deste conjunto de equipamentos, com as consequentes mudanças no estilo de vida dos seus utilizadores. São evidentes os benefícios diretos para toda a população; são ilimitados os benefícios indiretos não apenas para a

comunidade escolar mas para um alargado conjunto de utilizadores que deles poderão usufruir, de forma educativa, sustentada e equilibrada.

2.5. ESTIMATIVA ORÇAMENTAL

Atendendo às ações previstas, custos dos materiais a aplicar e mão de obra, estima-se o montante abaixo referido e assim descriminado:

Ação Prioridade	Descritivo	Parcial €
1	Plantação de árvores	1.000
2	Piso sintético para o polidesportivo	25.000
3	Cobertura exterior	30.000
4	Acesso coberto	32.000
5	Percurso pedestre	30.000
6	Circuito de manutenção	15.000
7	Skatepark	12.000
8	Campo polidesportivo	15.000
9	Arranjos exteriores (acessos, valetas, muros, eletricidade, águas,…)	25.000
TOTAL		185.000€

3. ESTUDO PRÉVIO OU ANTEPROJETO

Nesta fase desenvolver-se-á o conceito preliminar do Projeto, de acordo com o combinado na fase anterior. Consistirá na apresentação de desenhos a diferentes escalas, de acordo com a maqueta de estudo e/ou simulações tridimensionais do proposto, de modo a facilitar a compreensão do mesmo.

3.1. PROGRAMA DE ATIVIDADE (PA) A IMPLEMENTAR / AÇÕES

- PA1 – Movimentação de terras, para implantação das ações previstas, nomeadamente, requalificação da pista de corta mato, instalação do circuito de manutenção e respetivas infraestruturas;
- PA2 - Plantio de sobreiros e oliveiras, numa área aproximada de 12.000m^2;
- PA3 – Colocação de um piso de relva sintética para o polidesportivo existente.

- PA4 - Colocação de uma cobertura exterior para proteção de verão e inverno;
- PA5 - Construção de um acesso coberto entre a Portaria e o edifício do 1º ciclo;
- PA6 – Colocação de equipamentos necessário à instalação de um circuito de manutenção, com pontos de iluminação e água incluídos;
- PA7 – Construção de um equipamento para a prática de Skate (Skate-park);
- PA8 – Finalização da construção de um campo desportivo para a prática de Futsal e Voleibol, em piso de relva sintética;
- PA9 – Arranjos gerais de acessos, construção de pequenos muros, valetas, …;

4. PROJETO BASE / PEDIDO DE LICENCIAMENTO

Preparação do processo de aprovação pela respetiva Câmara Municipal, bem como pelas demais entidades envolvidas no Licenciamento do mesmo.

5. PROJETO DE EXECUÇÃO / MEDIÇÕES E ORÇAMENTO

Após a aprovação do Projeto por parte da Câmara Municipal, pretende-se preparar (caso tenha sido objeto de contratualização) o Projeto de Execução, que se pretende apresentar sob a forma de peças escritas e desenhadas, de fácil interpretação por parte dos diversos intervenientes na sua materialização e onde se especifica todos os trabalhos necessários para a execução da obra (por exemplo, processos construtivos, materiais, entre outros). Em paralelo, pretende-se iniciar o processo de Medições e Orçamento, onde se discriminarão todas as quantidades de materiais a utilizar, tipos de trabalho e forma de execução, de modo a poder aferir-se o valor da obra. É a partir destes dois documentos - Projeto de Execução e Medições e Orçamento - que se pretende elaborar o Caderno de Encargos, documento escrito que especifica as condições técnicas gerais e especiais de construção e vincula o(s) Empreiteiro/s) às demais condições da obra.

6. SELEÇÃO DE EMPREITEIRO

Através da análise da capacidade técnica dos diversos candidatos, bem como na análise do preço e prazo para a concretização da obra. Dever-se-á ter em consideração que nem sempre o preço é um fator determinante na adjudicação, mas sim a conjugação de um vasto conjunto de fatores.

É nesta fase que se escolhe o técnico que irá ser responsável perante a Câmara Municipal, pela Direção Técnica de Obra. Este deverá ser nomeado pelo Diretor da Escola e poderá ser um técnico pertencente aos quadros técnicos da empresa construtora, ou outra pessoa qualquer que o Diretor entenda escolher, incluindo os autores do projeto.

7. ASSISTÊNCIA TÉCNICA À EXECUÇÃO DA OBRA

Esta é a fase da materialização de todo o trabalho desenvolvido até ao momento. A certificação que o Projeto é cumprido é uma obrigação e um dever da equipa executora, que poderá compreender o esclarecimento de dúvidas de interpretação, prestação de informações complementares ao projeto por nós elaborado, auxiliando o dono de obra na verificação da qualidade dos materiais e da execução dos trabalhos.

Colos, 29 de maio de 2011

Os proponentes